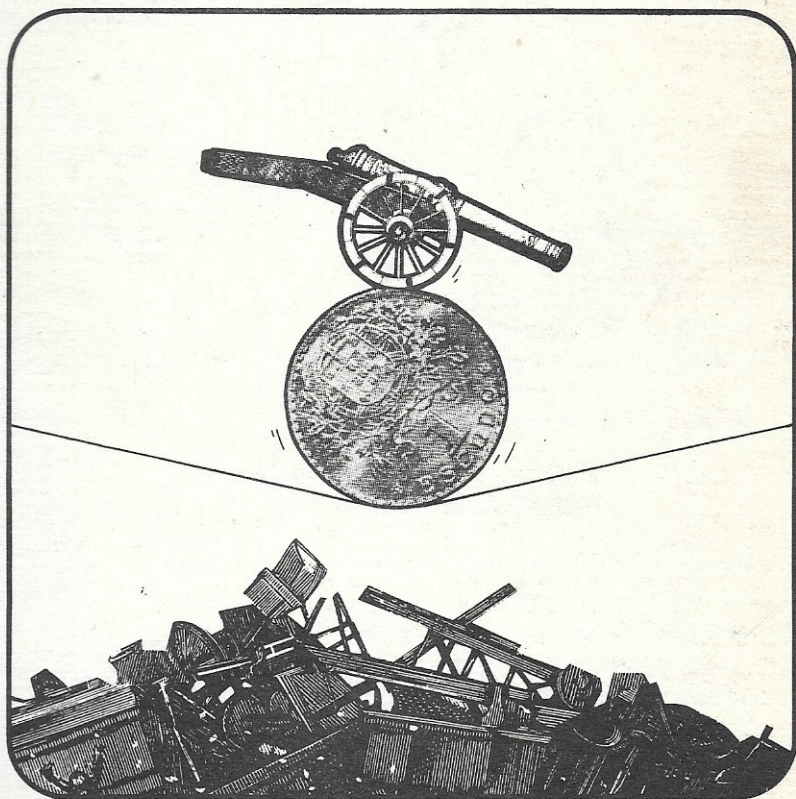


VÉRTICE



N.º 456/7 SET./OUT. NOV./DEZ. 1983

3 — O número que Vértice oferece aos leitores e à publicidade crítica não corresponde aos projectos iniciais da redacção. Torna-se cada vez mais difícil mobilizar pessoas em torno de uma prática teórica que os novos formalismos e academismos pretendem lançar para os domínios da marginalidade estética e cultural e para as áreas de menoridade intelectual. O desafio aqui está: a crise do nosso tempo pode e deve ser «iluminada» através da adaptação dos instrumentos analíticos marxistas aos mundos de referência do nosso país e do nosso tempo. A estagnação do pensamento de esquerda só pode ser vencida se o discurso retomar vigor e rigor e se a ruptura, quando necessária, for claramente assumida.

4 — As crises podem transformar-se em momentos adequados para operações simbólicas de regresso às fontes e constituir a ocasião propícia para re-criações dos problemas colectivos e dos elementos constitutivos da sociedade. Aproveitemos estes momentos e esta ocasião para criticar as novas simbolizações mesmo que o preço a pagar seja o de uma difícil mas inadiável reavaliação de certas representações arcaicas e ultrapassadas.

A Redacção

Crise da Crítica e Ideologia da Crise

A. CARLOS SANTOS

«Saber o que é a própria ciência, eis um problema que deve ser colocado»

(GRAMSCI)

«Quanto a mim, fico sempre em dúvida de que haja factos puros, qualquer dado absoluto, qualquer percepção sem ideias, — sem interpretação, sem 'teoria'»

(SÉRGIO)

«O idealismo inteligente está mais perto do materialismo inteligente do que o materialismo estúpido»

(LENINE)

1 — Crise e ideologia da crise

1.1 — *Multiplicação da(s) crise(s) e demissão da crítica*

A expressão *crise* prolifera hoje na linguagem corrente e na linguagem teórica. Fala-se, à boca cheia, de crise da economia (crise energética, crise do investimento, crise dos sectores público e privado, crise financeira, crise fiscal, agrícola, industrial, etc.), de crise do direito (da justiça, da constituição, da legalidade, etc.), de crise das instituições (da família, do casamento, da escola, etc.) e da moral, das ideologias, do desenvolvimento, do ambiente e da própria relação homem-natureza. A crise expande-se, desloca-se sucessivamente de campo, contamina as múltiplas dimensões do real, exporta-se a si própria, não poupando gregos nem troianos.

Dissolvidos valores, normas e papéis tidos há bem pouco como seguros e estáveis sem que outros os hajam substituído, instala-se uma «apagada e vil tristeza», um quotidiano mal-estar, infiltra-se uma crescente sensação de

tédio e impotência na organização da vida privada e pública, fecham-se horizontes individuais e colectivos em becos cinzentos, sem saída visível. Um novo *spleen*, desprovido agora de qualquer traço romântico, penetra irracionalmente numa vida cultural ultra-formalista e narcísica, e, frente a este novo «assalto à razão», assiste-se, com raras e honrosas excepções, à demissão da cultura crítica e democrática.

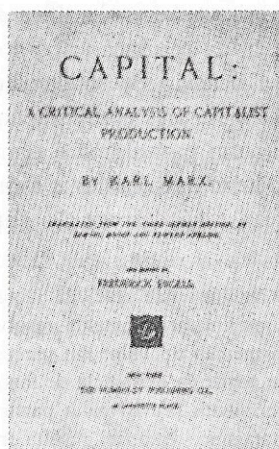
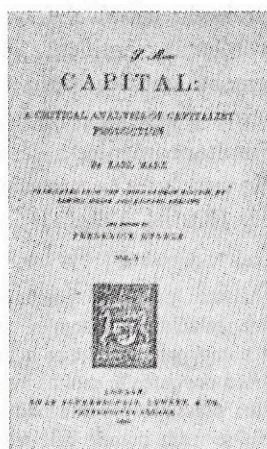
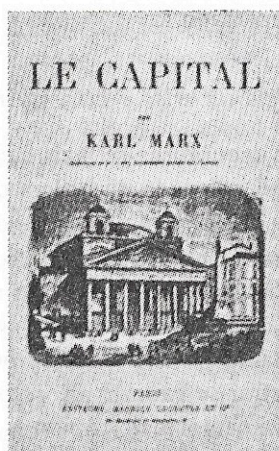
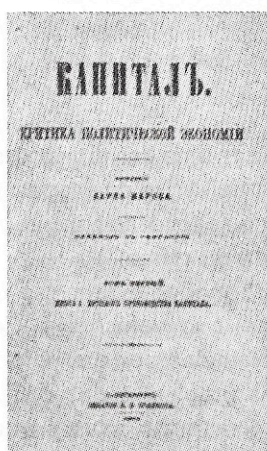
1.2 — Crise e ideologia da crise

Aparentemente a única ideia que não está em crise, é a ideia de crise. E se para a grande maioria essa ideia significa que irá viver pior amanhã do que vive hoje, alguns há, porém, que prosperam com a crise a olhos vistos. Para estes a crise é um maná. E a ideia indefinida de crise, de que a própria crise se alimenta, uma ideia a preservar. De facto, o uso impreciso, fluído, multiforme da ideia de crise funciona simultaneamente como poderoso obstáculo à crítica da crise (a uma teoria científica e diferencial das crises) e como reforço de uma metafísica da crise. Segrega-se deste modo uma ideologia da crise, em que esta se afirma como uma entidade abstracta, um inimigo sem rosto, uma doença incurável que nos faz tolerar (desejar?) qualquer tipo de tratamento, um destino contra o qual não vale a pena lutar. Uma ideologia, enfim, que amortece e isola a crítica, desincentiva qualquer tipo de praxis transformadora e erege a crise como bode expiatório.

Face à perda do «consenso espontâneo» da grande massa em relação às directrizes sociais produzidas pelos grupos básicos dominantes (GRAMSCI, 29), a ideologia da crise revela-se um poderoso aliado quer da complexa máquina geradora do conformismo e despolitização dos dominados quer do processo de irresponsabilidade e inércia burocrática dos centros de decisão social. O «consenso» assume então formas autoritárias. O silêncio (imposto ou induzido) é interpretado como a legitimação consensual de um pragmatismo tecnocratizante e desapaixonado, sem ética nem imaginação, que se limita à reprodução de um conglomerado de receitas neo-liberais e neo-corporativas, na busca de uma gestão da crise em benefício das forças da riqueza e privilégio.

O cepticismo perante o pensamento crítico, a descrença na praxis social são, pois, dois ingredientes centrais da ideologia da crise, estreitamente ligados entre si. O primeiro, em nome de «um realismo» que eterniza o presente, designa de «teórico», «utópico», «irrealista» ou então «inútil» qualquer manifestação de pensamento crítico; o segundo, mais insidioso, pretende

mostrar os efeitos das praxis inacabadas, interrompidas, desviadas ou invertidas, iludindo as condições de gestão social dessas práticas, quando não



Reprodução de primeiras edições de *O Capital* em várias línguas

mesmo os seus resultados positivos. Um e outro assentam no pressuposto de que a sociedade existente é a melhor possível e que qualquer ação verdadeiramente transformadora é incerta no desfecho, gravosa nos custos, inviável

na prática. Esquecem, porém, a incerteza, os custos e a inviabilidade do próprio projecto social «espontaneamente» em curso, um projecto que se processa de acordo com as leis da fortuna ou do azar delegados por Deus (ou pelo Estado) no mercado.

1.3 — *Ideologia da crise e crise do marxismo*

A partir daqui torna-se mais fácil analisar uma das dimensões da questão (uma vez mais colocada na ordem do dia) da «crise do marxismo», precisamente aquela que resulta não do fenómeno hoje tendencialmente civilizacional da crise, mas da interferência da ideologia da crise. (1)

A questão pode colocar-se do seguinte modo: o processo de produção científica está sujeito, também ele, a «crises» e «revoluções». Como escreve Kuhn «enquanto os instrumentos porporcionados por um paradigma continuam a mostrar-se capazes de resolver os problemas que define, a ciência tem um movimento mais rápido e uma penetração mais profunda através do emprego confiado desses instrumentos». Quando um fenómeno novo, não pode ser explicado no quadro do desenvolvimento desse paradigma abre-se uma crise teórico-científica em virtude do «notável fracasso da actividade normal» na resolução dos novos problemas científicos. Isso significa que chegou a ocasião de mudar de ferramenta teórica. No entanto, não basta para tal a simples comparação do paradigma com o mundo. «A decisão de rejeitar um paradigma é sempre, simultaneamente, a decisão de aceitar outro, e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos com a natureza e a comparação entre eles» (KUHN, 129-9). (2)

(1) Não significa isto que, de facto, não existam problemas em aberto, questões não resolvidas ou insuficientemente resolvidas (v.g. relacionadas com a teoria do valor e com a transformação do valor em preços), bem como problemas que a própria história veio a colocar a partir da existência de fenómenos não previstos e, muitas vezes, não previsíveis ou de fenómenos previsíveis a partir de certos pressupostos que não se verificaram. A «crise do marxismo» que daí resulta transforma-se num desafio aliciante à actividade práctico-científica, tendo, no entanto, poucos pontos de contacto com a «crise» de que se fala no texto.

(2) O leitor observará, e com razão, que o autor se refere à natureza e não à realidade social e que em ciências sociais não existe verdadeiramente um paradigma universalmente aceite. No entanto, penso que a questão pode mesmo assim suscitar-se em relação à realidade social. Por um lado, não existe um verdadeiro fosso entre natureza e sociedade: a especificidade do social não impede a existência de certos problemas comuns às ciências da vida e às ciências sociais e de um intercâmbio de métodos (PIAGET). Por outro,

Sabe-se que o marxismo já sofreu várias crises cujas formas e fases coincidem com fases cruciais do desenvolvimento do próprio capitalismo, como o recorda G. Vacca (p. 26) a propósito das crises do marxismo ocorridas em finais do século passado e, neste século, por volta dos anos trinta, esta última de longa duração. A elas resistiu eficazmente, assistindo-se mesmo nos anos sessenta e no princípio da década de setenta e um (até então imprevisível) «ressurgimento marxista» (MOREIRA, 189 e sgs.). Repare-se que tal ressurgimento se manifesta numa época de desenvolvimento do capitalismo, de expansão, quando o fenómeno da «intervenção do Estado na economia» se generaliza e a existência de «economias mistas» se afirma como regra, parecendo pôr em causa as teorias de Marx sobre as crises cíclicas, sobre a pauperização relativa, sobre a queda tendencial da taxa de lucro, etc. É curioso que seja agora — precisamente quando se desencadeiam as novas manifestações de uma profunda crise que vão muito além da conjugação dos fenómenos de recessão, inflação e desemprego, se verifica ainda o fracasso das teorias económicas clássica, neo-clássica e keynesiana para explicar a nova crise emergente — que se coloque, de modo absoluto e sem infirmação no plano teórico, a questão da caducidade do pensamento vinculado a Marx.

As razões desta atitude devem ser procuradas, em primeiro lugar, no plano político-ideológico e, pelo menos em parte, ligam-se à questão da ideologia da crise, à rejeição por esta ideologia das formas de pensamento crítico e da praxis transformadora. Acresce que em época de feroz guerra fria, Marx é primariamente identificado como o representante teórico interno do inimigo externo.

Trata-se, portanto, de razões de natureza predominantemente extra-científica, já que no plano teórico, é legítimo continuar a defender que a posição teórico-metodológica de Marx se encontra ainda em condições de responder às exigências epistemológicas de uma teoria moderna que de forma aberta, positiva e crítica procure dar conta da complexidade do real social.

existem, de facto, quadros teóricos de referência «candidatos» a constituírem-se como paradigma, em situação conflitual, sem os quais a apreensão do real social não é possível. Note-se, aliás, que a existência de situações similares pode ocorrer também nas chamadas ciências empíricas (v.g. o actual confronto entre uma teoria corpuscular e uma teoria ondulatória da luz). Nas ciências sociais, segundo Goldmann, o primeiro passo para detectar o valor científico das teorias em confronto é o de perguntar qual delas permite compreender melhor a outra enquanto fenómeno social e humano. Sobre a capacidade explicativa do marxismo, cfr. Therborn.

2 — Teoria social e exigências epistemológicas

2.1 — *A insuficiência estrutural da teoria face à complexidade do real*

De facto, o real social mostra-se simultaneamente uno e múltiplo, idêntico e diferente, o que conduz, no plano da sua apreensão práctico-cognoscitiva, à necessidade de afirmação de dois momentos contraditórios, um, no sentido da especialização disciplinar, da divisão científica (e académica) do trabalho, outro, no sentido inverso, da sua unificação tendencial, visível já no aprofundamento das transferências metodológicas e no estabelecimento de uma teia de mecanismos interdisciplinares (PIAGET, 1973). Frente àquela complexidade do real social que se projecta na escala da observação de fenómenos e relações sociais (o *micro* e o *macro*), que se desdobra num tempo histórico não linear, mas segmentado, que se movimenta a velocidades diversas segundo a especificidade dos processos sociais, qualquer teoria que vise dar conta desta complexidade encontra-se numa estrutural situação de desfasamento. Porque surge *a posteriori*, porque é permanentemente confrontada com novos fenómenos, porque a sua matriz teórico-metodológica não permanece válida *ad eternum* (mesmo quando se afirma prospectiva), a sua posição é sempre de crise potencial. Uma teoria que pretenda reflectir (no sentido activo de reflexo-reflexão) o movimento e a complexidade do real e nele intervir de modo consciente, terá que ser, por tudo isto, dialéctica, tendencialmente global e, simultaneamente, aberta às múltiplas dimensões do mundo, isto é inacabada. Terá ainda que ser susceptível de se constituir, ao mesmo tempo, em «ciência normal» e em «ciência extraordinária» (para utilizarmos a distinção de KUHN), capaz de desenvolver as potencialidades do quadro teórico-conceitual originário numa permanente atenção às possibilidades inscritas no próprio real, e de afrontar claramente uma eventual crise do paradigma inicial, superando-a, quando necessário, através da formulação de um novo paradigma, que designe o espaço de validade do paradigma anterior.

2.2 — *Teoria e empiria*

Uma tal teoria deve ser positiva, aderente ao real, dependendo o seu grau de verdade da sua «congruência não-contraditória com os factos» (COLLETTI). Sem que isto, no entanto, signifique esquecer que, na relação teoria-empiria,

a teoria é um *prius*, que os fenómenos só assumem significado se estiverem «organicamente inseridos num esquema teórico» (MYRDAL, 1962, p. 9-10).⁽¹⁾

É que contrariamente às simplificações positivísticas que, na esteira de Durkheim, pretendiam analisar os «factos sociais» como «coisas» ou às demissões neo-positivísticas que tendem a deificar o predomínio dos métodos ou da linguagem como critério de verdade, a consideração da complexidade da relação entre teoria e empiria implica prestar uma particular atenção à dimensão teórica. Verifica-se, de facto, a presença de elementos do pensamento teórico, de conceitos iniciais com função de orientação da análise, em todas as etapas do processo científico, mesmo na fase predominantemente empírica, funcionando não só como delimitador dos termos e âmbito da investigação, das questões a resolver (assim a função da «doutrina» em Schumpeter), mas também como momento detonador das hipóteses e intérprete dos resultados obtidos. Aliás, a presença do elemento teórico revela-se, desde logo, no simples facto de que as teorias que proclamam a possibilidade de captação imediatista dos factos, permanecem ainda teorias. Do mesmo modo, a escolha dos métodos e das técnicas de investigação é também mediada pela intervenção da actividade teórica.

2.3 — *Actividade teórica e pensamento especulativo*

Isto não implica, contudo, qualquer hipostasiação da teoria (teoricismo) nem o dar largas a elementos teóricos desvinculados do real histórico (pensamento especulativo). Nem tão pouco que se deva adoptar ou aceitar uma

(1) Eis o que permanece uma «*vexata questio*». Repare-se, porém, que os enunciados de Colletti e de Myrdal não implicam nem a aderência a um critério de «falsificabilidade» próprio da lógica popperiana nem a crença numa verificação baseada nas evidências da observação (os factos não falam por si). Como escreve Laclau (63): «mostrar a inadequação entre o sistema de axiomas que define o âmbito de uma teoria e as afirmações relativas aos objectos que surgem no interior dessa teoria é, ao mesmo tempo, demonstrar as contradições internas da teoria.» (cfr. tb. ACADEMIA(s) sobre o facto de o maior contributo de Galileu à metodologia das ciências se situar «no enfoque teórico do delineamento da experiência e da elaboração dos dados experimentais»). O sentido da referência feita por Colletti aos factos é o de que a teoria visa em última instância, explicar a realidade e, por isso, nela deve ter a sua fonte, origem e limites. (vd. PEREIRA e SANTOS, *Análise Psicológica*, bem como no mesmo número (2-1-80) o artigo de LEGRAND sobre o «Estatuto científico da Psicanálise».) As citações de Colletti constam da sua introdução ao texto de IL'ENKOV intitulada «Dialectica scientifica e teoria del valore».

posição relativista ou eclética, centrada na crença da validade e equivalência dos diversos elementos teóricos disponíveis ou da sua justaposição como forma de explicação dos fenómenos e relações sociais. Teoria não significa, pois, nem intervenção filosófico-especulativa ou qualquer forma de construção mental apriorística, nem inteiro (e finito) conhecimento do real (um *sistema*), mas «representação racional ou ideal» que embora subentenda que «os factos ou a prática não lhe correspondem exactamente» (MERANI, 146), a eles permanentemente se religa, sujeitando-se às formas de verificação possível. Elemento inerente ao processo de produção científico, a actividade teórica visa a construção de «modelos» que nos revelem «o fundamento de um mecanismo existente» (VILAR, 207), isto é, que captem a estrutura essencial das relações internas entre os fenómenos sociais, na certeza, porém, de que desfazamento haverá sempre entre os produtos da actividade teórica e as múltiplas manifestações empíricas dos fenómenos.

Não se esqueça ainda que a teoria faz parte do real, que nele interfere directa ou indirectamente. Por isso, deve ser analisada não de modo abstracto, separado, mas de modo concreto, ligado à estrutura social em que germinou (às condições sociais da sua gestação) e aos factos que pretende explicar. Situar uma teoria é, assim, uma forma de reduzir a sua potencial carga especulativa.

2.4 — *Teoria e juízos de valor. A neutralidade perdida*

Neste contexto, e particularmente nas ciências sociais (de recente existência e com diversos paradigmas em confronto, mais permeáveis à familiaridade do real, e simultaneamente mais perigosas para os poderes instituídos dada a sua capacidade de desocultação desse mesmo real), é inevitável a presença de valorações, de juízos de valor, de prescrições e estruturas normativas não apenas na eleição dos temas para investigação (ou dos próprios métodos e condutas científicas), não somente na interpretação e análise dos frutos da actividade investigatória, mas ao longo do próprio processo de investigação. Isto advém quer da identidade parcial entre sujeito e objecto na investigação em ciências humanas (GOLDMANN, 33) quer da particular natureza do objecto a investigar (v.g. um objecto que por vezes, se revolta contra o investigador, que se transforma rapidamente, etc.), quer, entre outras coisas, do facto de toda a investigação ter um comitente (real ou potencial) e uma finalidade que, directa ou indirectamente, altera, na prática, o próprio objecto investigado (GILLI, 31 sgs.)

Dito de outro modo: o campo da prática científica insere-se no conjunto das práticas sociais e não lhe permanece imune. Estas interferem através do campo do pedido social (divisão do trabalho, encomenda social, escolha dos investigadores, existência de escolas ou «sociedades de discurso»), do campo axiológico (valores sociais, culturais e individuais que condicionam a investigação científica, dos próprios interesses em presença), do campo doxológico (campo do saber não sistematizado, da linguagem e das evidências da prática quotidiana) e do próprio campo epistémico (estado das teorias, das técnicas de investigação) (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 30-35).

2.5 — *Pensamento crítico como condição de objectividade teórica*

Tudo isto compromete, é certo, a pretensão de neutralidade das ciências sociais — note-se que a crescente politização das ciências físico-químicas e naturais e a sua tendencial conversão em força produtiva directa coloca já idênticos problemas — mas não prejudica necessariamente a sua objectividade. De resto, as ideologias podem também deter, elas próprias, uma certa «capacidade de desvendamento» do real (VIDAL, cit. S. NUNES, pg. 101; SACARRÃO, 28).

A presença de juízos de valor em ciências sociais — visível, v.g., nas tomadas de posição implícitas ou explícitas, sobre questões como conservação/transformação, norma/prazer, deificação do presente/prospecção das possibilidades futuras inscritas no presente, consenso/conflito, etc., — faz com que as teorias revistam geralmente a forma de um pensamento predominantemente apologético ou crítico em relação à própria realidade social.

No entanto, só um pensamento crítico possui, na análise social, virtualidades que o aproximam decisivamente do conhecimento científico. Primeiro, porque só ele incentiva uma progressiva descentração e distanciação do sujeito em relação ao objecto estudado, libertando-se dos escolhos dos diversos etnocentrismos; segundo, porque permite dar conta, de forma adequada, da historicidade dos fenómenos e relações sociais; terceiro, porque é muito mais sensível aos limites do próprio conhecimento científico (que não esgota as diversas formas de conhecimento do real, nem as substitui), impedindo a queda livre em ilusões científicistas. E, enfim, porque no domínio social só ele permanece atento à «falácia existencial da lógica indutiva, segundo a qual a sociedade é como se mostra, e o que não se mostra não existe». De facto, a sociedade «é como se mostra e, ao mesmo tempo, não

é como aparece» (COLLETTI) ... A intelegibilidade do real é possível na perpétua busca do para além das aparências (e do discurso institucional), tendo em conta não só que a compreensão do passado explica o presente (VILAR, 12) e que o presente explica o passado (KUHN, 594), mas também que a explicação do presente se cumpre nos caminhos do futuro. De um ponto de vista científico, não se pode considerar uma situação senão na perspectiva do seu desenvolvimento (cfr. GILLI, 54-5).

A posição de vantagem de uma actividade teórico-crítica sobre formas de actividade apoloéticas ou pretensamente neutras só se afirma plenamente na medida em que tal actividade teórico-crítica se manifeste não apenas na sua relação com o real ou com outras teorias (as teorias existem também em relação umas com as outras e não em si mesmas), efectuando sobre elas uma «dupla leitura» (S. NUNES, 119) desvendando os seus pressupostos, analisando os resultados produzidos, situando-as face à estrutura social (isto é, explicando-as socialmente), mas, sobretudo, na sua relação consigo própria, evitando tentações de auto-suficiência ou de rejeição do provado não-conforme aos próprios pressupostos ideológicos (dogmatismo), como historicamente sucedeu com a «ciência aristotélica ou ptolomaica» no processo Galileu ou mais recentemente na contestação aos princípios da genética mendeliana efectuada pelo «lyssenkismo» em nome de um materialismo escrito e petrificado (LECOURT, 1976).

2.6 — *O carácter pré-paradigmático das ciências sociais e a modernidade teórico-metodológica de Marx*

É certo que nas ciências sociais «não existe um conjunto teórico-conceitual e metodológico universalmente aceite»: daí o seu «carácter pré-paradigmático» (SANTOS, B., 36-7). Esta situação que provavelmente refracta a irredutibilidade das clivagens existentes no campo social, contribui para que nenhuma teoria preencha actualmente, por si só, todas as condições acima indicadas. A unidade da teoria (e das próprias ciências sociais) é, quanto muito um projecto do futuro, não uma realidade do presente. É algo que se busca e não uma situação definida *a priori*. Aliás, mesmo que essa fosse a situação, ainda aí a complexidade das relações sociais e da praxis humana tenderia sempre para situações de desequilíbrio: a redução das incertezas que tal teoria (unidade teórica) poderia trazer no plano da previsibilidade dos factos sociais e dos comportamentos humanos, no domínio das condições de vida, não seria nunca total nem poderia, por certo, legitimar-se na base do conformismo,

da passividade, do pleno automatismo (imposto ou induzido) dos comportamentos.

Dito isto — e contrariamente a certas rendições em voga —, penso que a aposta teórico-metodológica de Marx é, no plano da análise das sociedades capitalistas, e não só, o contributo mais valioso, mais rico de virtualidades e de ensinamentos que o património das ciências sociais contemporâneas possui. Apesar do seu desigual desenvolvimento nos diversos campos do real, de caminhos indiciados mas não percorridos, da existência de fases diversas, de uma obra não completa nem totalmente publicada, e mesmo de hesitações ou insuficiências, um século depois da sua morte, pode afirmar-se com Cerroni, que «muito ao contrário da simples visão «oitocentista», Marx fala, por cima das nossas cabeças, com as gerações futuras» (p. 39).

3 — Modernidade de Marx

De facto a modernidade de Marx assenta em «dois ingredientes essenciais em qualquer cultura autêntica: o rigor científico e a aderência histórica» (ib. 21). Um e outro estão presentes na sua posição metodológica que engloba diversos momentos estreitamente ligados entre si.

3.1 — *A metodologia de Marx: a relação sujeito-objecto*

O primeiro é a forma como Marx encara as relações sujeito-objecto, teoria-prática, cujos fundamentos estão já contidos nas *Teses sobre Feuerbach* (1845) e só, posteriormente, desenvolvidos em os «*Grundrisse*» (1857-59) e em «*O Capital*» (1865). Nas *Teses*, Marx critica simultaneamente o objectivismo do materialismo tradicional e o subjectivismo do idealismo clássico, uma vez que, um e outro, esquecem que a relação entre sujeito e objecto assenta na actividade humana sensível, na praxis criadora e transformadora.

No entanto, Marx permanece materialista: a realidade objectiva — donde parte — não se dilui, nem se confunde com a sua expressão conceitual, ao contrário do que sucedia com a hegeliana identidade entre pensamento e ser. Afasta-se, porém, das posições empiristas na medida em que essa mesma realidade objectiva não é directamente apreendida de modo individualista-sensitivo, contemplativo, mas através da sua afirmação histórico-colectiva e prática (cfr. IL'ENKOV). Para Marx, a praxis não se contrapõe abstractamente à teoria: é um elemento que integra a própria elaboração teórica, do

mesmo modo que a teoria não é o oposto da prática, de quem recebe a prova da sua validade. No método científico, as representações teóricas (filosóficas, político-económicas, o estágio actual do conhecimento teórico) são concebidas como a forma teórica das hipóteses, estão nelas consideradas, condicionando todo o processo investigatório, mas não possuindo por si só, separadas da história real, nenhum valor específico, à laia de receituário ou esquema pré-fabricado e especulativo.

3.2 — O modo de investigação

Compreende-se, assim, a importância que Marx dava ao modo de investigação (*Forschungsweise*) que tem por fim «apropriar o material nas suas particularidades, analisar as suas diferentes formas de desenvolvimento e reencontrar o concatenamento interno». Nessa tarefa estão presentes dois momentos fundamentais: um, de crítica teórica da ciência do tempo que em Marx, no que respeita à crítica da economia política, tem a sua expressão central na história das teorias económicas (ou *Teorias sobre mais-valia* — 1861-63); outro, de carácter empírico, assente nas técnicas de investigação mais avançadas então disponíveis (inquéritos, análise de documentos históricos, métodos matemáticos, etc.).

Este modo de investigação centra-se na análise de um objecto teórico (construído por abstracção), mas definido pela sua pertinência histórica — no caso de «*O Capital*», o modo de produção capitalista. Este objecto, construído a partir da existência e funcionamento das formações sociais capitalistas (em particular daquela mais desenvolvida, a Inglaterra) através do método do «isolamento abstracto» (*Isolierungsmethode*) de certos momentos fundamentais, em posição de definirem o conjunto das leis do movimento da sociedade capitalista» (MARRAMAO, 184), é analisado segundo duas formas de análise combinadas (histórico-genética, uma; formal-estrutural, outra). A abstracção tem, porém, em Marx, um estatuto de acesso à concreticidade: é o modo de apropriação do concreto, de o «reproduzir como um concreto espiritual (*als ein geistig Konkretes*)». Ponto de partida da observação imediata e da representação, o concreto surge no pensamento como processo de síntese, como resultado e não como o verdadeiro ponto de partida (*der wirkliche Ausgangspunkt*). De facto, a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como concreto pensado (*Gedankenkonkretum*), é um produto do pensamento, da conceptualização (*des Begreifens*), da assimilação (*Verarbeitung*) da observação imediata e da representação em conceitos.

No entanto, o objecto real (*das reale Subjekt*) permanece, conserva a sua independência fora do espírito, tanto antes como depois daquela actividade e, por isso, o objecto, a sociedade, deve estar presente como pressuposto da representação. (Cfr. GRUNDRISSE, pg. 25 seg.; cfr. tb. ROSENTHAL, 383). Por outro lado, a própria capacidade de produção das categorias mais abstractas (mesmo quando utilizáveis em relação a todas as épocas) é «produto de condições históricas»: daí que tais categorias só se conservem «plenamente válidas nestas condições e no quadro destas». É, aliás, este particular modo de conceber o papel da abstracção um dos traços que afasta o método de Marx do método dos tipos ideais weberianos, a-históricos, e, portanto, u-tópicos.

3.3 — O modo de exposição

Só depois de concluída a investigação (isto é, terminada a fase da crítica teórica, da recolha e análise empírica, da produção das categorias fundamentais) é possível dar conta, de forma satisfatória, do movimento real (*die wirkliche Bewegung*), através de um elaborado modo de exposição (*Darstellungsweise*) que assentando no concatenamento lógico das categorias, as desdobre, multiplique, passando de modelos mais simples a modelos sucessivamente mais complexos, ou seja, ao mesmo tempo do mais abstracto ao mais concreto (leis da produção em geral, da produção mercantil simples, da produção capitalista).

Este modo de exposição, que sintetiza o momento genético e o momento estrutural, pretende revelar o movimento oculto do real (no caso, o modo de produção capitalista em desenvolvimento), a sua essência para além da fenomenoménica aparência. Não se trata, pois, de expor descritiva ou classificatoriamente o material investigado, de o ordenar através de um modo histórico-factual ou de o arrumar com base em quadros de referência subjectivos. Procura-se, sim, privilegiar um momento lógico-cognitivo a fim de reproduzir intelectualmente (através de conceitos e categorias, da formulação de leis de desenvolvimento tendenciais) as articulações internas (a estrutura) de um objecto histórico no seu desenvolvimento. Busca-se, por outras palavras, «a forma ideal de expressão» das relações internas necessárias ao modo de produção capitalista.

Ao contrário do modo de investigação (o verdadeiro laboratório secreto da produção científica) que abarcava ambas as etapas do conhecimento, — quer a que vai do concreto ao abstracto quer a que vai do abstracto ao

concreto, — o modo de exposição científica dos resultados (que marca a entrada do produto na esfera da circulação teórica) recorre apenas à segunda metade do caminho. Daí que — como o próprio Marx adverte — na medida em que a vida do material (investigado) se apresente agora idealmente reflectida, pode parecer que se esteja perante uma construção a priori. (1)

Questão central do modo de exposição é a questão do ponto de partida. Mas na medida em que o modo de exposição não é nem evolutivo nem linear arrancando da complexa relação estrutura-génese, nada impede, como sucede em *O Capital*, que possam existir diversos pontos de partida. Assim, o ponto de partida do próprio modo de exposição é a mercadoria na medida em que esta é, por um lado, «um fenómeno económico a partir do qual uma linha contínua histórico-genética conduz até ao capital e ao capitalismo» e, por outro, representa «no mecanismo do capitalismo desenvolvido, a forma económica elementar cuja captação é pressuposto da compreensão das formas económicas mais complexas do capitalismo» (ZELENY, 53 sgs.); um segundo ponto de partida (histórico não conceitual) do capital, é por Marx localizado na acumulação originária (logo, fora do capitalismo) surgindo como um pressuposto externo do próprio capitalismo; enfim, Marx situa o ponto de partida (simultaneamente histórico e conceitual) da produção capitalista na «actividade de um grande número de trabalhadores ao mesmo tempo (ou, se se quizer, no mesmo campo de trabalho) para a produção do mesmo tipo de mercadorias sob as ordens do mesmo capitalista». (ib. 67).

3.4 — *Método e crítica*

Mas o ponto de partida do modo de exposição — a mercadoria — e a escolha do critério abstracto de exposição que lhe é inerente exprime ainda «o domínio real da abstracção na sociedade capitalista» (MARRAMAO, 187), é simultaneamente penetração e crítica desse domínio (questão do fetichismo), comportando, pois, uma dimensão política-revolucionária (ROSDOLSKY, 1968).

(1) No original: «Allerdings muss sich die Darstellungsweise formell von der Forschungsweise unterscheiden. Die Forschung hat den Stoff sich im Detail anzueignen, seine verschiedenen Entwicklungsformen zu analysieren und deren inneres Band aufzuspüren. Erst nachdem diese Arbeit vollbracht, kann die wirkliche Bewegung entsprechend dargestellt werden. Gelingt dies und spiegelt sich nun das Leben des Stoffs ideell wider, so mag es aussehen, als habe man es mit einer Konstruktion a priori zu tun.» (post-scriptum à 2.^a ed. de *O Capital*).

A posição crítica (sobre o real) assumida por Marx no plano da própria metodologia prende-se, aliás, a outra das características centrais da sua obra. De facto, é a partir da crítica das teorias filosóficas científicas mais avançadas do seu tempo (Kant, Feuerbach, Hegel, Smith, Ricardo, Owen, Fourier, Rousseau, Thierry, Guizot, etc.) que Marx formula todo um conjunto de princípios teórico-metodológicos que irá revolucionar o estudo da história e das sociedades, e mais ainda, a própria praxis social transformadora. Crítica da moral, da religião e da filosofia, do direito e da política, da economia, crítica da «tradição de todas as gerações mortas» que «oprimem como um pesadelo o cérebro dos vivos» eis o percurso de Marx, semeado de rupturas e continuidades, mas alicerçado numa lógica de total desocultação do real nas suas diversas dimensões e de progressiva aproximação, após largo trabalho empírico e reflexivo, do «segredo mais recôndito», da «base oculta de toda a construção social», isto é, a questão das condições materiais de existência. O carácter abrangente e complexo da sua obra — que não se compadece com leituras reducionistas de qualquer tipo — manifesta-se não só no tomar o ser social como objecto central da análise, ser social que encara de forma aberta e relacional e não de modo holista ou atomisticamente (1); mas ainda na sua recusa quer em deduzir linear e mecanicisticamente todas as restantes dimensões da vida social a partir dessa anatomia (económica) da sociedade quer em transformar a sua concepção da história numa filosofia especulativa (logo, idealista) numa «alavanca que serve para construções à maneira dos hegelianos» (Engels a Conrad Schmidt).

A posição crítica de Marx traduz, sem dúvida, tal como a posição dos socialistas utópicos, uma denúncia ética da sociedade capitalista. Mas diferentemente daqueles esta denúncia afirma-se no plano da crítica científica e projecta-se no plano da praxis.

3.5 — *Crítica, praxis e objectividade em Marx*

Marx fala-nos, assim, da necessidade de transformar o mundo e não apenas de o compreender. Esta direcção interventiva radical (apontada às

(1) Repare-se que o próprio modelo de sociedade subjacente a uma investigação envolve valorações e influencia a selecção e estruturação dos factos. Uma visão liberal tenderá a ver a sociedade como a mera soma dos indivíduos que a compõem, uma visão conservadora ou solidarística vê-la-á como uma totalidade emergente que se impõe às partes, enquanto que a análise marxista a configura como sistema de interacções conflituais que modificam quer os indivíduos, quer as variações do todo.

raízes das coisas) explicita a adopção de certos juízos de valor sobre o real (implícitos naqueles que pretendem a sua inconfessada conservação ou modificação «quantum satis»). Deste modo, as relações entre ciência e política, conhecimento e transformação, teoria e praxis são expressamente postas a nu. E esta é, contrariamente às pretensões neutralistas assente nos cânones positivistas, uma condição de objectividade como modernamente se reconhece. «A única forma de podermos atingir a «objectividade» na actividade teórica — escreve Myrdal (1976, p. 55) — consiste em expor claramente as valorações, torná-las consistentes, bem definidas e explícitas, permitindo que os seus efeitos condicionem a nossa investigação mas de uma forma clara. Ao longo das diversas fases de um estudo, as premissas de valor devidamente definidas juntamente com os dados da própria análise (estabelecidos teoricamente mas também sob o efeito das mesmas premissas valorativas) devem constituir o ponto de partida de todas as conclusões quanto a medidas de política».

A busca de objectividade em Marx, satisfazendo estes requisitos que hoje são tidas por condições básicas, aponta, porém, mais longe.

A tomada de posição política em favor do proletariado assumida por ele assenta na convicção de que é dever dos cientistas, em favor da própria ciência, colocarem-se na perspectiva da classe potencialmente revolucionária, portadora de valores universais. Assim, se compreende, por exemplo, o seu elogio a Ricardo (essa «honradez científica personificada») por este manifestar aderência a um ponto de vista que coincidia com os interesses da burguesia industrial ascendente, isto é, com os interesses do desenvolvimento da produtividade do trabalho humano que esta então encarnava.

Mas, a tomada de partida (que em Marx tantas vezes agudamente se manifestava na crítica dos pressupostos ideológicos dos adversários), não podia justificar a possibilidade de colocar a prática científica a reboque da política, da instrumentalização (ou «proletarização») da ciência. Segundo ele, e de modo radical, «a pessoa que pretende adaptar a ciência a um ponto de vista (...) que não seja derivado da própria ciência, mas sim que ao ser tomado do exterior, responda a interesses estranhos, externos à ciência, é para mim um covarde» (*Teorias das Mais Valias*).

Palavras claras de quem não pretendendo ser neutro, procurou sempre ser objectivo. A forma superior da sua objectividade na crítica da economia política assenta na sua permanente busca de «atingir, no domínio do pensamento científico, um conhecimento que ultrapasse a consciência real de todas as classes sociais existentes» (GOLDMAN, p. 59) que se projecta para além delas. Deste modo, e aparentemente de forma paradoxal, a sua tomada

de posição política leva-o a partir, na análise do real, das próprias categorias burguesas, evitando, deste modo, os escolhos de uma crítica apenas ideológica ou um etnocentrismo de classe. Em *O Capital*, Marx escreve: «vem aqui demonstrado, em termos *puramente económicos*, isto é *do ponto de vista burguês*, dentro dos limites da própria produção capitalista, que esta última é limitada e relativa: que ela não constitui um modo de produção absoluto, mas simplesmente histórico, correspondente a uma certa, limitada época de desenvolvimento das condições materiais, da produção».

4 — Observações sobre a(s) crise(s)

4.1 — *Historicidade do capitalismo e crises*

É, pois, no terreno do adversário e a partir das suas regras do jogo que Marx aceita o desafio e ganha a partida. Marx não ignora que a sociedade capitalista na sua expressão económica antes de ter existência real como sociedade de mercado generalizado fora um conceito político e sociológico que traduzia um projecto político da burguesia. Em Smith, para quem a sociedade civil era compreendida como mercado, «o económico surgia como o único espaço possível da política e de toda a vida social», ou, por outras palavras, «a economia resolvia nela própria, pelo menos, no essencial, a questão do político e a regulação do social» (ROSANVALLON). Toda a demonstração de Marx vai, pelo contrário, no sentido de demonstrar que, partindo do conjunto das leis de movimento inerentes à sociedade capitalista, esta se encontra em estado de crise potencial (manifesta ou latente), já inscrita na própria forma da mercadoria. As crises cíclicas de sobreprodução seriam, neste contexto, as manifestações mais evidentes destas contradições.

Antes de Marx, é certo, já vários economistas se tinham preocupado com o encontrar explicações para o fenómeno das crises económicas, de entre eles se salientando Sismondi, Malthus, Ricardo e Rodbertus. Mas ao contrário de Marx, nenhum deles associou as crises às características essenciais do próprio capitalismo. De facto, para aqueles autores as crises ligavam-se a aspectos marginais ou à interferência de factores externos que impediam o livre jogo das forças económicas, enquanto para Marx elas se traduziam numa forma dominante do movimento «que forjava e modelava o desenvolvimento da sociedade capitalista» (DOBB, 59 e sgs.). Fase fundamental da forma cíclica da reprodução capitalista alargada, a crise é, assim,

inerente ao próprio sistema como forma de solução momentânea das suas contradições e, desde logo, como expressão violenta da contradição entre a apropriação privada e o carácter social da produção (EATON, 164 e sgs.). Nela se revela quer o fenómeno da «anarquia da produção», isto é, o facto de a autonomia decisória sobre o que se deve produzir competir a uma multiplicidade de produtores isolados, quer o facto de se tratar de um sistema orientado por propósitos de lucro e não de natureza social. Ora devido a este último facto, torna-se possível a existência de «sobreprodução de capital» no sentido de volume de capital acumulado incompatível com a manutenção do nível primitivo do lucro. A crescente capacidade produtiva entra em contradição com a lucratividade decrescente do capital, expressa no que Marx designou a lei da tendência decrescente da taxa de lucro (não necessariamente dos lucros totais da classe capitalista). Esta tendência (ou seja, «uma lei cuja realização absoluta é contida, retardada, enfraquecida por influências contrabalançantes» — Marx —) significa que o processo de acumulação capitalista ao desenvolver maiores dispêndios de capital em máquinas e matérias-primas (em capital constante) em detrimento da massa salarial (capital variável), isto é, ao tender para uma elevação da composição orgânica do capital, tende simultaneamente a provocar o decréscimo da taxa de lucro.

4.2 — *Cibernética, análise sistémica, auto-regulação do capitalismo e superação das crises.*

A crise de 29 foi, para muitos, a comprovação das análises de Marx sobre o carácter cíclico do funcionamento e desenvolvimento do capitalismo. Mas ultrapassada esta crise, sob a égide da «equação keynesiana» — que, ao propor uma saída para a crise através de um relançamento da actividade que permitiria reduzir o desemprego sem amputação do poder de compra dos trabalhadores, implicava, não só uma diversa relação do Estado com a economia, mas também uma reorganização das relações sociais, — muitos interrogavam-se, agora, sobre se a conjunção do «controle monopolista» da oferta e dos preços, as mutações nos processos de trabalho e de produção e, sobretudo, o «governo político do ciclo» conduzido, em regra, pela moderna social democracia, não teria alterado o capitalismo em questões essenciais e, desde logo, suprimido a própria lei do valor.

Os «milagres económicos do pós-guerra acentuariam esta tendência optimista. No plano teórico, o recurso à cibernética, à análise sistémica, à teoria geral da acção vieram reforçar o fundamento daquelas posições.

O capitalismo é visto agora como dotado de verdadeiros mecanismos de auto-regulação, centrados já não no mercado, mas no sistema político, de modo que as crises podiam ser produzidas e superadas segundo os ditames do sistema. A «sociedade» surge equacionada em termos de meio ambiente, as forças sociais portadoras de trabalho e capital são reduzidas a meros grupos de pressão, perdendo a sua anterior centralidade, e o «sistema» irá limitar-se a solucionar os problemas postos pelo «meio ambiente», de acordo, não já com a lógica perdida deste meio, mas sim com a sua própria lógica interna de auto-reprodução e sobrevivência, assegurada pela sua capacidade de adaptação e diferenciação (cfr. BARCELONA, p. 167 sgs.). O consenso em relação a esta óptica chega a ser tão implantado que quanto a este ponto, v.g., estão de acordo dois teóricos tão distintos como Luhmann e Habermas (na sua célebre polémica de 1971): para o primeiro «o sistema político diferenciou-se, na nossa sociedade industrial complexa, como o centro auto-regulador do sistema *sociedade*»; para o segundo, «o sistema político adquiriu nas sociedades capitalistas avançadas a função directiva frente à *base económica*» (cfr. URENA, 110).

4.3 — *Subjectivo e objectivo na análise das crises: o político e o económico*

Não tenho o propósito de analisar aqui esta intrincada questão, antes me limitarei a formular algumas observações sumárias. Assim, há, em primeiro lugar, que reconhecer nesta consideração dos elementos político e ideológico um importante contributo na medida em que permite aprofundar questões demasiado «externas» para as análises marxistas de pendor «objectivístico». Basta recordar o célebre plano inicial de *O Capital*, exposto por Marx no capítulo sobre o método da economia política na sua *Introdução* de 1867, para se verificar que a análise da forma Estado, na sua relação com a sociedade civil-burguesa e na consideração consigo própria, é parte integrante daquele método, como o são, as questões, não desenvolvidas, das relações internacionais de produção e de troca, da divisão internacional do trabalho e da relação entre o mercado mundial e as crises. Sem esquecer que a particular atenção dada ao político é condição básica para o desenvolvimento de uma teoria do Estado que não se limite às relações com o «económico» e equacione outras dimensões da crise (crise do Estado, crise de legitimação, etc.).

No entanto, a generalidade destas perspectivas tem partido da convicção — hoje seriamente abalada — de que as contradições no plano económico

são secundárias ou mesmo inexistentes, reconduzindo-se a erros de direcção política. Este predomínio da *ratio* política, que recorda Hegel e Weber, propende, assim, para uma acentuação unilateral do momento subjectivo.

O processo histórico de desenvolvimento capitalista (acumulação e reprodução) continua, porém, a realizar-se de modo contraditório, encontrando no interior de si mesmo os seus limites políticos (crise do consenso, crise fiscal do Estado, por exemplo) e económicos (produção centrada no lucro). A contradição deste modo de produção permanece «na sua tendência a desenvolver absolutamente as formas produtivas, que entram sem cessar em conflito com as condições específicas de produção nas quais o capital se move, as únicas em que pode mover-se» e daí que «o verdadeiro limite da produção capitalista» seja — é ainda Marx que o refere — «o próprio capital».

4.4 — *Pressupostos de uma análise marxista da(s) crise(s): uma hipótese*

Uma análise da(s) crise(s) assente no paradigma marxista deve procurar articular economia e política, objectivo e subjectivo e atender quer à lógica interna dos processos desencadeadores das crises, quer à historicidade das suas manifestações. Recorde-se que o capital é simultaneamente uma forma económica e uma relação social, cujo movimento é «actuado» por portadores («Trägers»), por suportes dessa relação. Por isso, num primeiro momento interessa analisar a lógica desse seu movimento na medida em que ela tendencialmente se impõe, aos seus próprios suportes. Mas, num segundo momento, é necessário ter em conta que no movimento do real não se podem separar os momentos objectivos e subjectivos. As sociedades concretas não existem sem os homens concretos, sem as suas múltiplas redes de relações inter-grupais, inter-pessoais, institucionalizadas ou não. As transformações sociais seriam incompreensíveis sem essa acção que, no entanto, para ser eficaz e não cega, deve encontrar as suas raízes no domínio da lógica interna do modo de produção capitalista.

Neste contexto, creio ser estimulante a hipótese de Barcellona (1) segundo a qual a crise actual se manifesta como «contradição entre gestão político-estatal da circulação e gestão económico-privatística da acumulação, entre

(1) Dois outros textos, disponíveis em português, formulando hipóteses dignas de consideração nesta matéria são: WRIGHT, E., *Classe, Crise e Estado* (1979), Rio, 1981, e FINE / HARRIS, *Para Reler o Capital* (1979), Rio, 1981.

redistribuição político-estatal do rédito e (organização privada da produção para o lucro) critérios económico-privatísticos para a atribuição do lucro» (1980). As dificuldades de reactivação duma resposta keynesiana radicariam no actual contraste (não existente nos anos 30) entre as formas modernas de organização capitalista do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas: «o desenvolvimento do capital enquanto tal já não está em posição de governar o desenvolvimento das forças produtivas» (ib.).

Uma última observação deve ainda ser produzida na sequência de tudo o que foi atrás avançado: a afirmação de que por si só nenhuma crise pode produzir o colapso ou a queda do capitalismo como entendia a teoria da catástrofe (*Zusammenbruchstheorie*) formulada pela segunda internacional. «A cognição teórica que o sistema capitalista deve, pelas suas contradições internas, caminhar de encontro ao colapso não induz, com efeito, a reter que o colapso seja um processo automático, independente dos homens» (MATTICK, cit. MARRAMAO, 184). Ou por outras palavras: as previsões assentes na lógica interna de um sistema não se convertem por si só em história.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV — *Discutir el Estado* (Posiciones frente a una tesis de Louis Althusser, México, 1982 (abr. DE)
- AAVV — *Stato e Teorie Marxiste*, Milão, 1977 (abr. STM)
- ACADEMIAS DE CIÊNCIAS DA URSS E DE CUBA — *Metodologia del Conocimiento Científico*, Havana, 1975
- ALTHUSSER, L. — «El marxismo como teoria 'finita'» in DE, 11-21
- ALVATER/KALISCHEUER — «Estado y reproducción conjunta de las relaciones de dominación capitalista» in DE, 158-168
- BARCELLONA, P. — *Oltre lo Stato Sociale*, Economia e Política nella Crisi dello Stato Keynesiano, Bari, 1980
- BASSO, L. — «La natura dialettica dello stato secondo Marx» in STM
- BRUYNE / HERMAN / SCHOUTHEETE — *Dynamique de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, 1974
- CERRONI, U. — *Teoria Política e Socialismo*, Lisboa, 1976
- COLLETTI, L. — *Ideologia e Società*, Bari, 1975
- COLLETTI, L. — *Politique et Philosophie*, Paris, 1975
- DOBB, M. — *Economía Política y Capitalismo* (1937), México, 1973
- EATON, J. — *Manual de Economía Política* (1963), Rio de Janeiro, 1965
- GILLI, G. — *Como se Investiga*, Barcelona, 1971
- GIOVANNI, B. — «Para una teoria marxista de la transformación» in DE
- GOLDMANN, L. — *Sciences Humaines et Philosophie*, Paris, 1976

- GRAMSCI, A. — *A Formação dos Intelectuais*, Amadora, 1972
- HABERMAS, J. — *Raison et Légitimité*, Problèmes de Légitimation dans le Capitalisme Avancé (1973), Paris, 1978
- IL'ENKOV, E. — *La Dialettica dell'Astratto e del Concreto nel Capitale di Marx*, Milão, 1975
- KUHN, T. — *La Estructura de las Revoluciones Científicas* (1962), México, 1981
- KULA, W. — *Problemas y Métodos de la Historia Económica*, Barcelona, 1977
- LACLAU, E. — *Política e Ideologia en la Teoría Marxista* (1977), Madrid, 1978
- LECOURT, D. — *Lyssenko*, Histoire réelle d'une «science prolétaire», Paris, 1976
- LENINE, V. — *Cahiers Philosophiques, Oeuvres*, t. 38, Moscovo, 1971
- LONGO, M. — *Manual de Economía Política*, Madrid, 1973
- MARRAMAO, G. — «Sistema político, racionalización, 'cérébro social'», in *DE*, 195-206
- MARRAMAO, G. — «Teoria della crisi e problema dello stato in margine alla Konstitutions-problematik» in *STM*, 173-207
- MARX — *Das Kapital*, Kritik der politischen Ökonomie, MARX / ENGELS Werke, 23, 24 25, Berlim, 1972 (Cfr. trad. bras.)
- MARX — *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Berlim, 1974 (cfr. trad. franc.)
- MARX — *Théories de la plus-value* (1862-63), Paris, 1974 (2 vols.)
- MATTICK, P. — *Marx et Keynes*, les Limites de l'Économie Mixte, Paris, 1972
- MERANI, A. — *Diccionario de Psicología*, Barcelona, 1976
- MOREIRA, V. — *O Renascimento de Marx*, Coimbra, 1979
- MYRDAL, G. — *Aspectos Políticos da Teoria Económica*, Rio de Janeiro, 1962
- MYRDAL, G. — *A Objectividade nas Ciências Sociais*, Lisboa, 1976
- NUNES, S. — *Questões Preliminares sobre Ciências Sociais*, Lisboa, 1977
- PEREIRA, F. — «A análise dos discursos sábios: algumas considerações teóricas e metodológicas» in *Análise Psicológica*, 2-1-1980
- PIAGET, J. — *Problemas Gerais de Investigação Interdisciplinar e Mecanismos Comuns*, Lisboa, 1973
- ROSANVALLON, P. — *La Crise de l'Etat-Providence*, Paris, 1981
- ROSDOLSKY, R. — *Genesi e Struttura del «Capitale» di Marx* (1968), Bari, 1971
- ROSENTHAL, M. — *Die dialektische Methode der politischen Ökonomie von Karl Marx*, Berlim, 1969
- SACARRÃO, G. — *A Biologia do Egoísmo*, Lisboa, 1981
- SANTOS, A. — «A intervenção althusseriana: epistemologia e política» in *Análise Psicológica*, 2-1-1980
- SANTOS, B. — «Da sociologia da ciência à política científica» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1/1978
- SCHMIDT, A. — *História y Estructura* (1971), Madrid, 1973
- STRASSER, H. — *A Estructura Normativa da Sociologia*, Rio de Janeiro, 1976
- THERBORN, G. — *Science, Class and Society*, Londres, 1980
- URENA, E. — *La Teoría Crítica de la Sociedad de Habermas*, Madrid, 1978
- VACCA, G. — «Forma-estado y forma-valor» in *DE*, 22-34
- VILAR, P. — *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*, Barcelona, 1980
- ZELNY, J. — *La Estructura Lógica de «El Capital» de Marx*, Barcelona, 1974
- ZOLO, D. — «La cuestión del estado en el capitalismo maduro y la crisis del marxismo escolástico» in *DE*, 84-92